

ATITUDES PORTUGUESAS FACE AO CASTELHANO

Fernando Venâncio

Universidade de Amsterdam

O primeiro gramático português, Fernão de Oliveira, nunca se enamorou de coisas castelhanas. Foi, a vida inteira, um defensor do que Portugal e os portugueses tinham de próprio. Na sua primeira obra, *Gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, faz um apelo e traça um programa: «Não trabalhem em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes». Ao expor, adiante, a histórica conveniência de novas «letras» para novos sons (ou «vozes»), lança uma censura àqueles compatriotas que, uma vez no reino vizinho, adulteram o idioma nativo com sonoridades castelhanas. Desaprova, diz, «os que, como chegam a Toledo, logo se não lembram da sua terra, a que muito devem. E em vez de apurarem sua língua, corrompem-na com emprestinhos, nos quais não podem ser perfeitos» (Oliveira, 1933: 26). O termo *emprestinhos* é curioso. Trata-se de um neologismo e, mais, da sua única ocorrência conhecida. A aparência castelhana do vocábulo, devida ao sufixo, proporciona um efeito jocoso.

Oliveira ocupa-se, aí, da sonoridade do português. Nela reside já, acentua, uma salvaguarda política. «Tenhamos pois muito resguardo nesta parte, porque a língua e escritura é fiel tesoureira do bem de nossa sucessão». Esta preocupação ‘nacional’ torna-se mais premente quando o tema for o léxico. Afirma o autor que aqueles que tomam vocabulário português de fontes estrangeiras «desfazem muito na glória do ceptro e coroa do nosso reino». De igual modo, «cortam a perpetuidade dele [reino] os que de novo trazem nova língua à terra; porque a língua e a unidade dela é muito certo apelido do reino do senhor e da irmandade dos vassalos». Por isso, ajunta Oliveira, mesmo um rei estrangeiro, indo «senhorrear» qualquer país, cuidará de «apartar sua língua e não na deixar corromper com alguma outra».

Não tenhamos dúvida: estas são afirmações intrinsecamente políticas. Fernão de Oliveira avisa os compatriotas de que a independência de Portugal não sobrevive à corrupção do idioma. Para o leitor de então, terá sido nítido, também,

que a única verdadeira ameaça – linguística, e portanto política – provinha do castelhano.

Ignoramos se estes pontos de vista estavam generalizados na sociedade portuguesa. Sem dúvida que, confrontados com a questão, muitos exprimiriam convicções semelhantes. Mas a correcção política teria, nisso, considerável papel. Com efeito, as atitudes observáveis permitem concluir que, para a generalidade dos portugueses de Quinhentos e Seiscentos, o castelhano não foi *sentido* como um perigo.

Já em 1522, prefaciando o seu *Dom Duardos*, Gil Vicente se dirigira ao rei português, João III, no mesmo idioma em que escrevera a peça, o castelhano. Aí fazia notar ao «excelente príncipe y rey muy poderoso» a novidade, no seu teatro, de personagens nobres, coerentemente envoltas em «tan dulce retórica y recogido estilo». Em 1540, será a vez de Francisco Sá de Miranda oferecer ao mesmo soberano uma *Fábula do Mondego*, oferecimento e poema exarados, ambos, no idioma de Castela.

Um século mais tarde, em 1642, já consumada a Restauração, dedica João Salgado de Araújo do príncipe Dom Teodósio o seu *Marte português contra emulaciones castellanas*, uma reivindicação da anterioridade histórica do reino de Portugal. A dedicatória assinala que a obra vai «en traje de castellano, no con ánimo de tráfuga, mas (...) para que disfrazado pueda entrar por Castilla». Compreende-se que o manifesto queira ser legível no país vizinho, mas o disfarce ficou, assim, comprometido desde a primeira página de texto. Também a um rei português, Afonso VI (m. 1683), se dirige Jerónimo Baía, num *romance* de feição nacionalista, onde diz: «Si quisieres más victorias / Del Castellano ó Gallego, / Antes que nuestro valor / Los mate su propio miedo».

Sabemos quanto foram numerosos os ensaios e tratados portugueses publicados em castelhano, visando mais vasta divulgação e o aliciamento de leitores do reino vizinho. Mas o que sobressai nas falas citadas (todas elas, note-se, exteriores ao período da Dinastia Dual, 1580-1640) é a naturalidade com que os autores se dirigem, nesse idioma estrangeiro, aos próprios soberanos.

1. A PRESENÇA SOCIAL DO CASTELHANO

Os estudos dedicados ao bilinguismo luso-espanhol costumam chamar a atenção para as declarações de *distanciamento* face ao castelhano feitas por autores que

nele se exprimiam. Sempre considerei pouco elucidativa, para a problemática que nos ocupa, essa ambígua necessidade de desculpa no momento em que, não sem descaro, se pratica o que se diz lamentar. Certo: os motivos, recorrentemente expostos, são plausíveis. O castelhano é o idioma mais vastamente peninsular, goza de projecção europeia, além de ser particularmente acessível. É, portanto, veículo adequado para cantar, perante o mundo, as grandezas nacionais.

Mas, exactamente por isso, dispensava-se a hesitação especiosa («como quer que a [língua] castelhana nos não seja tão familiar, parece-nos que para o fastio é mais apetitosa que a nossa», escrevia Nuno Fernandes do Cano em 1544), como se dispensava o trabalhoso rubor («el ser [la lengua portuguesa] tan buena la escurece / y la española es fácil para todos», palavras de Bernarda Ferreira de Lacerda em 1618). Mais informativos me parecem os testemunhos de um uso natural, não problemático, socialmente aceite, do castelhano no Portugal quinhentista e seiscentista. Passemos em revista alguns depoimentos dessa experiência.

Em 1555, escrevendo a comédia *Aulegrafia*, constatava Jorge Ferreira de Vasconcelos (1968: 128):

Somos tão inclinados à língua castelhana que nos descontenta a nossa, sendo digna de maior estima, e não há entre nós quem perdoe a uma trova portuguesa, que muitas vezes é de vantagem das castelhanas, que se têm aforado connosco, e tomado posse do nosso ouvido, que nenhuma lhe soam melhor.

Repare-se: as trovas castelhanas «têm tomado posse do nosso ouvido». Elas tornam-se, pois, a norma, o modelo de aferição. É precisamente o que, pela mesma altura, na *Écloga 8* de Luís de Camões, diz o pastor Frondélio, convidando um companheiro a que atente em Aónia, que chora o marido morto (1963: 441):

Mas o som peregrino e piedoso,
Com que a formosa Ninfa a dor engana,
Escuta um pouco. Nota e vê, Umbrano,
Quão bem que soa o verso castelhano.

Segue-se a magoadada e final intervenção de Aónia, 43 versos redigidos no idioma vizinho, em que eles tão bem ‘soam’.

Essa noção de subalternidade do verso português provou-se duradoira. Ainda nos anos de 1660, o poeta bilingue Manuel de Galhegos afirmava a simpleza

dele: «Quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde: pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraço para a altineza».

O prestígio, e a simples utilidade, do castelhano são visíveis, mesmo gritantes, na sempre aludida obra *Defensa de la música moderna*, de 1649, de ninguém menos que o rei João IV, um melómano de renome. Ainda na viragem do século, no livro *Luz e calor*, de Manuel Bernardes, de 1696, a equivalência, na cena portuguesa, dos dois idiomas é suposta. Defende-se este autor de espiritualidade de quem lhe assacassem o tratamento de realidades pecaminosas em português, lembrando que, no país vizinho, tal procedimento é corriqueiro. Nada se adiantaria, pois, em silenciá-lo, já que portugueses podem lê-lo em espanhol, «que para nós é quase o mesmo idioma». É uma opinião singular em alguém que, brevemente, será contado entre os grandes clássicos portugueses.

Em 1721, oitenta anos após a época filipina, ainda o lexicógrafo Raphael Bluteau, aludindo à «hermana española» da língua portuguesa, sublinhava quanto ela era audível nos teatros e nas igrejas de Portugal (1721: 10):

Todos los dias resuena en los theatros de Lisboa la discreción de sus comedias; en todas las fiestas, que en las iglesias de este Reyno se celebran, con sus coplas, villancicos y motetes, se alientan las armonías.

De facto, basta as muitas dezenas de folhetos de *Villancicos* que, de 1640 a 1720, foram cantados nas igrejas portuguesas (hoje digitalizados pela Biblioteca Nacional de Portugal em <http://purl.pt>) para verificarmos a predominância, ou até a exclusividade, do castelhano. Em suma, era a língua castelhana a que soava em tudo quanto – dos templos à cena teatral – fosse espectáculo.

2. OS JUÍZOS POSTERIORES

O entusiasmo pelo idioma vizinho haveria de esfriar, de modo acentuado, a partir dos anos de 1730. Penso que seis factores foram nisso decisivos: 1. a morte da última geração de portugueses bilingues, 2. o prestígio de Camões, promovido a poeta ‘peninsular’, 3. o culteranismo castelhano, sentido em Portugal como extravagância de uma literatura decadente, 4. o enriquecimento das classes dirigentes portuguesas devido à expansão colonial, 5. a vitalidade da

herança linguística galego-portuguesa, e 6. a descoberta do classicismo francês. Os testemunhos tornam-se, agora, sobretudo críticos das opções estéticas dos séculos anteriores.

Em 1746, o pedagogo Luís António Verney afirmava nunca ter podido entender «por que razão um português deixa a sua língua, para escrever na espanhola», um idioma, acrescentava, em que a maioria não brilhava grandemente. Mais violento se mostraria, cerca de 1790, o poeta Filinto Elísio, censurando o subserviente escritor bilingue:

As penas embebeu na hispana tinta
Tanto ao fundo que as penas esqueceram
Do seu idioma luso a cor nativa,
Para afagar com frases mendigadas
As orelhas dos duros vencedores.

Igualmente crítico se confessou Almeida Garrett, em 1821, objurgando o dramaturgo quinhentista Jorge de Montemor, «pelo muito que escreveu nessa língua estranha». Fazendo-o, «não só privou a [língua] natural do fruto de suas tarefas», como causou importante dano «com o exemplo que abriu».

É uma posição desabrida, a de Garrett, mas provavelmente não a mais generalizada. Algum tempo mais tarde, em 1862, o grande doutrinador António Feliciano de Castilho sublinharia a grande contiguidade dos dois idiomas, propondo mesmo um revigoramento do português através da língua vizinha.

Na leitura do castelhano, se hoje em dia a frequentássemos como cumpria, bem fácil e bem agradavelmente pudéramos nós retemperar ainda hoje o bom falar vernáculo.

Em Portugal perdurava, pois, uma corrente de opinião favorável ao espanhol. Longe de ser visto como ameaça, ele era, pelo contrário, considerado de leitura obrigatória e, mais, julgado *útil* para o robustecimento do idioma nacional.

Em 1978, o ensaísta Eduardo Lourenço, comentando em «Psicanálise mítica do destino português» o período de bilinguismo luso-espanhol, escrevia (2010: 27):

O *problema da independência nacional* não tinha então o perfil que a historiografia romântica e nacionalista lhe atribuirá. Hoje, todos os escritores que nós celebramos dentro desses sessenta anos «filipinos» seriam, pura e simplesmente, *colaboracionistas*. A verdade é que não há na sua actividade literária sombra de má consciência.

Isto vale decerto para a era filipina, mas igualmente para o conjunto desse longo período de bilinguismo, que se inicia por 1450 e se prolonga até cerca de 1730. São quase três séculos, em que o castelhano se foi tornando – com naturalidade, e só sob débeis protestos – língua da corte, da poesia, do púlpito, do palco, do canto religioso e profano. Era o idioma das obras de consulta, dos livros de ciência e espiritualidade. Hoje, todo esse lado da História está eficientemente apagado da memória cultural portuguesa, como uma inconveniência, ou uma vergonha. Mas é em vão. A língua portuguesa carrega, para sempre, o fruto dessa prolongada, e intensa, presença do prestigioso castelhano na vida social e cultural do País. Durante esses séculos, o português embebeu-se avidamente de materiais castelhanos. Eles são, em largas centenas, ainda hoje correntíssimos.

Venho levando a cabo a investigação desse processo de castelhanização do português quinhentista e seiscentista. Dessa pesquisa, destaco o rastreio dos ‘deverbais regressivos’ (Venâncio: 2012). Nada menos que 280 formas criadas em Castela – desde *alinho*, *aposta*, *arrimo*, passando por *desacato*, *desacerto*, *desengano*, até *sobressalto*, *sustento* ou *tempero*, *tropeço* – foram sendo transferidas para o português, através de leituras e outros contactos com o castelhano, ou pela via privilegiada, e particularmente eficiente, dos utentes bilingues. Na obra de autores importantes, como os clássicos Gil Vicente, Luís de Camões, Francisco Manuel de Melo, António Vieira e Manuel Bernardes, acumulam-se as primeiras atestações dessas formas, tal como de numerosos outros castelhanismos lexicais e fraseológicos.

3. A NEGAÇÃO DA CASTELHANIZAÇÃO

É provável que os portugueses dessa época, mesmo os mais doutos, estivessem inconscientes da castelhanização que sob os seus olhos se processava, e de que alguns deles eram eficazes agentes. Alusões a ‘novidades’ de proveniência castelhana, só achamos uma, em obra do filólogo Duarte Nunes de Leão, exposta abaixo.

Mesmo mais tarde, em 1765, Verney falará na conveniência de não «encher» o idioma de «francesismos e italianismos», e Garrett, em 1846, usando o termo

«abandono», fará o aparte: «passe o galicismo». Em finais do século xvii, damos com a expressão «como dizem os franceses». Só em 1854, numa crónica de José de Alencar, encontramos «como dizem os espanhóis». A designação de «espanholismo» surge em 1858, a de «castelhanismo» é mais tardia ainda.

Em parte, esta cegueira – ou intrínseca incapacidade de ver – é explicada pela singela ignorância, mesmo entre gente estudiosa, do que fosse, ou não fosse, vocabulário de Castela. Em *Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes, de 1606, encontramos o capítulo «Dos vocábulos que os Portugueses têm seus nativos, que não tomaram de outras gentes que nós sabemos». Entre as centenas de palavras elencadas, são numerosas as que português e castelhano compartilham. São bastantes, até, as portuguesas provindas do idioma vizinho. Só na letra A, assinalem-se estas: *acalantar, acepilhar, achacoso, acossar, airoso, alento, apanhar, arregaçar, arremeter, atinar, atropelar*.

Mas a convicção de Nunes revela-se forte. Noutro capítulo («Porque os Portugueses não usurparam tantos vocábulos dos Castelhanos como tomam de outras nações mais remotas»), o autor sublinha essa peculiaridade portuguesa, vincando que «antes parece que [os portugueses] fogem de se parecerem com eles [os castelhanos] na língua. A razão é que»... E, quando esperaríamos uma exposição de índole estrutural, ou histórica, verificamos que a lusa aversão ao castelhano se deve à divergência das terminações *-m* e *-n*, e à presença em castelhano de ditongos como *ie* e *ue*. É com infinita seriedade que estas inanidades são expostas.

Quanto a vocábulos, havê-los-á, ainda assim, tomados ao castelhano? Se sim, escreve o filólogo, eles datam da época de união das Coroas (de, portanto, 25 anos antes) e são em bem menor número do que os portugueses passados ao castelhano. Duarte Nunes exemplifica com os castelhanismos *lástima, regalo, bilhete, camara-da*, que não podem medir-se com *mimo, brinco, menino, desenfadar, festejar, marmelada, serão* «e outros mais que os Castelhanos tomaram de nós» (1606: 129). Em suma: a influência do idioma de Castela, sendo escassa, era, afinal, recente.

Seja referido que *menino* é forma castelhana arcaica que, tendo transitado ao português, daí reentrou, aliás sem grande êxito, na língua de origem. O verbo *festejar*, de procedência italiana, divulgou-se em castelhano incomparavelmente mais cedo que em português. Além disso, um bom número de supostos lusismos do castelhano deverão ser, historicamente, galeguismos. Tais informações não estavam, compreende-se, ao alcance dos contemporâneos.

Em 1626, Manuel Severim de Faria, nos seus *Discursos vários políticos*, não demonstra melhor percepção das exclusividades portuguesas. Aí escreve (1626: 74):

Das palavras que se não acham nas outras línguas senão só na portuguesa seja exemplo *aderência, agasalhar, alvoroço, atinar, bonina, enxergar, encampar, encarar, jeito, inçar, lembrança, magoar, mavioso, praguejar, paio, pairar, primor, tomar-se* de alguma coisa, *mano, saudade, sôfrego* e outros muitos.

Ora, esta lista contém não menos de 9 vocábulos igualmente castelhanos: *adherencia, agasajar, alboroto, atinar, encarar, paio, pairar, primor* e *hermano* (origem do português *mano*). Como se tal não bastasse, outros 7 são patrimoniais também em galego: *enxergar, jeito, inçar, lembrança, magoar, praguejar, saudade*. Só os restantes – *bonina, encampar, mavioso, tomar-se de* (p.ex. de amores) e *sôfrego* – são, de facto, exclusivos do português.

Estes textos de Duarte Nunes e de Severim seriam apresentados como exemplares no engrandecimento do idioma, na conhecida obra antológica *Paladinos da linguagem* (três edições entre 1921 e 1926) do divulgador Agostinho de Campos.

Mas também Francisco Manuel de Melo e António Vieira hão-de negar que o português tirou proveito de outros idiomas. O jovem Melo felicita, em carta de 1634, um seu conhecido por uma obra aparecida em castelhano. A carta é redigida, ela também, nesta língua.

Yo he leido esta *Politica*, que V.M. escrivio en lengua Portuguesa, y hiço agora traducir en la Castellana (...). Una tal obra, impiedad fuera hacella sepultar en solo nuestra nacion; ni era justo la inoraran las otras, que della no menos que los nuestros necessitan. Pero no por esto se piense que hemos ido a buscar caudal a las lenguas estrañas; ventura sy, que la nuestra no halló en aquellos, que la han debido favor más grande.

Vieira, exarando em 1678 uma ‘aprovação’ da terceira parte da *História de São Domingos*, de Frei Luís de Sousa, afirma acerca da obra:

A linguagem, tanto nas palavras como na frase, é puramente da língua em que professou escrever, sem mistura ou corrupção de vocábulos estrangeiros, os quais só mendigam de outras línguas os que são pobres de cabedais da nossa, tão rica e bem dotada, como filha primogénita da latina.

Nem num caso nem no outro há qualquer alusão explícita ao castelhano. Fala-se em «outras línguas», em «lenguas extrañas». Mas o latim não mereceria tais censuras, e o francês não estava, por então, no horizonte. Era a língua de Castela, sem engano possível, a principal candidata aonde os portugueses, ‘pobres de cabedais’, iriam ‘buscar caudal’. Parece claro: na mente dos dois mais importantes autores do Portugal seiscentista, era profunda a convicção de uma *imunidade* do português face ao idioma da Meseta. Que os dois tenham sido, exactamente, os mais activos castelhanizadores do seu século, eis o que nos dá a medida de um vasto equívoco.

4. UMA AGENDA PATRIÓTICA

A castelhanização quinhentista e seiscentista do português foi, temos de constatá-lo, um processo invisível, inapreciável para os contemporâneos. Ninguém, então, dispunha de quadro mental para observá-lo, e sequer para concebê-lo.

Tudo indica que a reivindicação de uma independência política tornava impossível qualquer clarividência nesse terreno. Esta ‘venda’ mental, ideológica, fornece-nos uma explicação para a invisibilidade do processo. Para isso contribuía a ausência de perspectiva histórica. Os idiomas eram concebidos como realidades estáticas, definitivas, construídas de materiais existentes ‘desde sempre’. Vaivéns ou permutas só eram admitidos se iniludíveis. Isto é, como para Duarte Nunes, quando fossem recentes.

Outra explicação está na noção, então vigente, da nação portuguesa como pertencente a um conjunto ‘Hespanha’, mesmo se dominado pela sumptuosa e dinâmica Castela. Nada do que seja ‘espanhol’ nos é estranho: esta parece ser a convicção de uma parte significativa da intelectualidade lusa, à época. Aí deverá fundar-se a boa consciência, ou a leviandade, com que em Portugal se geriu a proximidade linguística castelhana.

Mas existe outra explicação ainda, que formulei em estudos anteriores (Venâncio: 2012, 2013). É, ela também, de ordem ideológica, mas pressupõe níveis ainda mais profundos de inconsciência, e envolve uma ‘agenda patriótica’. De modo sucinto, expõe-se assim: a apropriação de materiais castelhanos correspondia a uma aspiração, inexprimível por natureza, mas vivamente actuante, de dotar o português daquelas mesmas virtudes – a clareza, a distinção, o carácter universalizável – que se reconhecia ao idioma de Castela. Uma vez atingido esse

patamar, a língua portuguesa poderia competir, de igual para igual, com a castelhana. O génio vencedor dos portugueses faria o resto. A tradução *política* desse programa linguístico era o sempre sonhado, e sempre procurado, domínio português sobre a Península. Com uma Lisboa capital dessa Hespânia, evidentemente.

5. CONCLUINDO: O SONHO IBÉRICO

Em Abril de 2006, o ministro português das Obras Públicas, Mário Lino, visitou Santiago de Compostela para dar uma conferência sobre «El papel de las infraestructuras en el desarrollo del Noroeste Peninsular». Segundo o jornal *Faro de Vigo*, terá feito, entre outras, as seguintes declarações: «Soy iberista confeso. Tenemos una historia común, una lengua común y una cultura (?) común. Hay unidad histórica y cultural e Iberia es una realidad que persigue tanto el Gobierno español como el portugués». É provável que o ministro se tenha expressado, de facto, em espanhol. Assim fazem habitualmente, em Espanha, os dirigentes portugueses.

Em Outubro de 2012, João Malaca Casteleiro, membro da Academia de Ciências de Lisboa, e importante mentor da AGLP (Academia Galega da Língua Portuguesa), interveio em Ourense numa sessão solene desta colectividade. No final da alocução, recomendou aos seus anfitriões: «Não tenham medo do bilinguismo, ou seja, da convivência pacífica entre duas línguas que são irmãs na ascendência linguística, que são próximas, e pujantes, não apenas na Península Ibérica, mas também na América do Sul e no Mundo. Trabalhando em conjunto, o Português e o Espanhol constituirão talvez o maior bloco linguístico do Mundo».

Não insistamos na desfaçatez de dois portugueses que assim se exprimem em território galego. A pura ignorância da realidade galega é congénita nas elites portuguesas. Fixemo-nos, antes, na *naturalidade* com que indivíduos com responsabilidades, expõem, em circunstâncias públicas e protocolares, o modo como a Espanha e o espanhol se integram na sua concepção da língua portuguesa.

É um facto: o espanhol e a Espanha continuam, hoje ainda, a fazer parte da auto-imagem de portugueses influentes, por mais informe, ou inconfessável, que essa imagem seja. Pode a secular altanaria espanhola continuar a olhar Portugal como quantidade desprezável: o português não desiste do seu sonho ibérico. É um sonho fútil, quase obsceno. Mas ele persiste, inspirador, animoso, ao longo dos séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLUTEAU, RAFAEL (1721): «Prosopopea del idioma portuguez a su hermana la lengua castellana», *Diccionario castellano y portuguez*. Lisboa.
- CAMÓES, LUÍS DE (1963): «Écloga 8», *Obra Completa*, ed. António Salgado Júnior. Rio, de Janeiro: Aguilar (ms.: 1550).
- FARIA, MANUEL SEVERIM DE (1626): *Discursos vários políticos*. Évora.
- LEÃO, DUARTE NUNES DE (1606): *Origem da língua portuguesa*. Lisboa.
- LOURENÇO, EDUARDO (2010): *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva (1ª ed. 1978).
- OLIVEIRA, FERNÃO DE (1933): *Gramática da língua portuguesa*, ed. Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa (orig.: 1536).
- VASCONCELOS, JORGE FERREIRA DE (1968): *Comédia Aulegrafia*, ed. António A. Machado de Vilhena. Porto: Porto Editora (ms: 1555).
- VENÂNCIO, FERNANDO (2012): «O espanhol proveitoso. Sobre deverbais regressivos em português», *Santa Barbara Portuguese Studies* XI, 6-41.
- VENÂNCIO, FERNANDO (2013): «José Saramago e a iberização da língua portuguesa», in Burghard BALTRUSH (ed.), «*O que transformou o mundo não foi uma utopia, foi uma necessidade*»: *Estudos sobre utopia e ficção em José Saramago*, Berlim, Frank & Timme (no prelo).

